

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2022

Companhia Hipotecária Piratini

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
NOTAS EXPLICATIVAS.....	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as),

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022.

O ano de 2022 foi marcado mais uma vez pela superação dos resultados da Companhia Hipotecária Piratini (“CHP”), que atingiu um lucro líquido de R\$ 10.305 mil, maior em 66% em relação ao resultado do mesmo período no ano passado e atingindo uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 30,5% (dez/2021 – 23,8%).

Em 2022, foram concedidos; por meio de seus correspondentes bancários, R\$ 3,4 bilhões (2021 - R\$ 4,6 bilhões) em financiamentos e empréstimo a pessoas físicas e jurídicas. No mesmo período, foram realizadas operações de cessão de crédito no montante de R\$ 3,4 bilhões (2021 - R\$ 4,6 bilhões), sua grande maioria ocorreu na mesma data da originação dos créditos.

Dentre os indicadores, destacam -se a margem líquida que totalizou em 27,4% (2021 – 24,6%) e o índice de eficiência operacional que atingiu 61% (2021 – 65%), 4 pontos percentuais abaixo do mesmo período do ano passado.

A carteira de operações de crédito totalizou R\$ 40.227 mil (2021 - R\$ 13.155 mil) e o saldo de Letras de Crédito Imobiliárias – LCI, lastreadas em operações de crédito atingiu o saldo de R\$ 23.573 mil (2021 - R\$ 8.580 mil).

Para engajar os colaboradores em ações sociais e agregar cuidados com a saúde mediante a prática de atividades físicas, a CHP lançou dois programas em 2022: Desafio Saúde e Solidariedade e Operação Coração. Os desafios consistiram em converter as atividades físicas praticadas pelos colaboradores em pontos que se converteram em cestas básicas e brinquedos doados para entidades e crianças carentes.

Ademais, desde 2021, em parceria com a Gaia Cred e Programa Vivenda – Reformas para Baixa Renda Ltda., a CHP participa do programa social Vivenda com a concessão de crédito a famílias de baixa renda para reforma de cômodos (banheiro, cozinha, quarto, sala e área de serviço). Com este projeto, já atendemos mais de 573 famílias através de créditos imobiliários formalizados na CHP e cedidos imediatamente a Gaia Cred II Companhia Securitizadora.

Além do canal de conduta, onde clientes, fornecedores e colaboradores podem relatar eventos que entendam que não estão adequados, a CHP também dispõe de canal de ouvidoria para atendimento de seus clientes para solucionar questões não atendidas em outros canais, propondo ações corretivas nos processos a partir da demanda recebida.

A CHP tem orgulho de ter um time unido, engajado, profissional e feliz, que aceita os desafios e estratégias planejadas e está motivado em construir o futuro da CHP. E, como resultado disso, em 2021, a CHP se classificou como sendo uma das melhores empresas para se trabalhar no programa *Great Place to Work* (“GPTW”).

A CHP tem estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos com equipe dedicada com a responsabilidade de estabelecer os processos adequados; mapear os riscos aplicando as melhores práticas de gestão de riscos, com vistas a identificar, monitorar e mitigar os riscos. Em 31 de dezembro de 2022, a CHP estava enquadrada nos limites de capital estabelecido, apurando um índice de Basileia de 15,3%.

A CHP agradece aos clientes, parceiros, colaboradores e acionistas pelo apoio e pela confiança depositada que possibilitou os resultados atingidos.

Porto Alegre, 24 de março de 2023.

DIRETORIA



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Hipotecária Piratini - CHP
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hipotecária Piratini – CHP (“Companhia” ou “CHP”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hipotecária Piratini – CHP em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Auditoria e reapresentação dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, foram preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes da retificação de erros na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, descritos na Nota Explicativa nº 3.o – Reapresentação das demonstrações financeiras. O objetivo desta reapresentação é propiciar ao usuário das demonstrações financeiras a melhor comparabilidade e compreensibilidade quanto as posições financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Benazzi Arteiro

Contador CRC 1SP-273.332/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Dez/2022	Dez/2021 (reapresentado)
ATIVO			
Circulante		301.507	180.578
Disponibilidades	4	2.512	9.975
Instrumentos financeiros		189.028	104.331
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	88.398	84.959
Títulos e valores mobiliários	6	95.343	16.467
Operações de crédito	7	5.805	3.300
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(518)	(395)
Ativos fiscais correntes e diferidos	8	524	877
Outros créditos	9	109.443	65.395
Não circulante		33.154	9.772
Realizável a longo prazo		32.713	9.374
Instrumentos financeiros		32.713	9.374
Operações de crédito	7	34.422	9.855
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(1.709)	(481)
Imobilizado de uso		441	398
TOTAL DO ATIVO		334.661	190.350
PASSIVO			
Circulante		300.741	159.477
Instrumentos financeiros		23.397	3.804
Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	10	23.397	3.804
Obrigações fiscais	11	9.597	10.248
Outras obrigações		267.747	145.425
Sociais e estatutárias	12	5.134	2.199
Outras obrigações c/ pessoal		401	336
Diversas	13	262.212	142.890
Não circulante		176	4.776
Instrumentos financeiros		176	4.776
Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	10	176	4.776
Patrimônio líquido	14	33.744	26.097
Capital social		20.500	20.500
Reservas de lucros		13.244	5.597
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		334.661	190.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	<u>2º. semestre</u>	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u> (reapresentado)
Receita da intermediação financeira		21.260	40.212	27.061
Receita de operações de crédito	7	2.154	4.053	3.483
Receita de aplicações interfinanceiras	5	3.749	7.000	3.170
Receita de títulos e valores mobiliários	6	4.292	5.887	364
Receita operações de venda ou transferência de ativos financeiros	7	11.065	23.272	20.044
Despesa da intermediação financeira		(524)	(1.088)	(1.122)
Despesas de captação	9	(524)	(1.088)	(1.122)
Resultado bruto da intermediação financeira		20.736	39.124	25.939
Provisão p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(943)	(1.351)	(329)
Provisão para outros créditos diversos		(1)	(95)	(282)
Resultado da intermediação financeira		19.792	37.679	25.328
Outras receitas/(despesas) operacionais		(10.892)	(20.709)	(14.435)
Receita de prestação de serviços	15	5.346	8.647	6.853
Despesas administrativas	16	(7.108)	(10.885)	(8.562)
Despesas com pessoal	17	(4.366)	(7.898)	(5.167)
Despesas tributárias		(1.699)	(3.033)	(2.078)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	(3.065)	(7.540)	(5.481)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		8.900	16.969	10.893
Imposto de renda e contribuição social		(3.102)	(6.664)	(4.789)
Imposto de renda e Contribuição social	20	(3.102)	(6.664)	(4.670)
Resultado líquido		5.798	10.305	6.223
Resultado por ação - R\$		0,28	0,50	0,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º. semestre	Dez/2022	Dez/2021 (reapresentado)
Resultado líquido	5.798	10.305	6.223
Outros resultados abrangentes			-
Resultado abrangente	5.798	10.305	6.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social		Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de Capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas de lucros	Lucros acumulados		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	4.500	-	54	730	-	-	5.284	
Aumento de capital AGE 03/09/2021	-	16.000	-	-	-	-	16.000	
Reversão de dividendos distribuídos	-	-	-	70	-	-	70	
Complemento da reserva legal	-	-	9	(9)	-	-	-	
Lucro do período	-	-	-	-	6.223	6.223	6.104	
Destinação do resultado:								
Reservas	-	-	305	4.438	(4.743)	(4.743)	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.227)	(1.227)	(1.227)	
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(253)	(253)	(253)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (REAPRESENTADO)	4.500	16.000	368	5.229	-	-	26.097	
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2022	4.500	16.000	593	9.511	-	5.798	30.604	
Lucro do período	-	-	-	-	5.798	5.798	5.798	
Destinação do resultado:								
Reservas	-	-	290	2.850	(3.140)	(3.140)	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(895)	(895)	(895)	
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.763)	(1.763)	(1.763)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	4.500	16.000	883	12.361	-	-	33.744	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022	4.500	16.000	368	5.229	-	-	26.097	
Lucro do período	-	-	-	-	10.305	10.305	10.305	
Destinação do resultado:								
Reservas	-	-	515	7.132	(7.647)	(7.647)	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(895)	(895)	(895)	
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.763)	(1.763)	(1.763)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	4.500	16.000	883	12.361	-	-	33.744	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2º. semestre	Dez/2022	Dez/2021 (reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	8.900	16.969	10.893
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO	992	1.523	668
Depreciação e amortização	48	77	57
Provisão p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	943	1.351	329
Provisão para outros créditos diversos	1	95	282
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO	9.892	18.492	11.561
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	8.469	(22.396)	5.399
(Aumento)/redução em Títulos e valores mobiliários	(58.130)	(78.876)	(16.467)
(Aumento)/redução em Relações interfinanceiras	-	-	18
(Aumento)/redução em Operações de crédito	(11.244)	(27.072)	1.302
(Aumento)/redução em Ativos fiscais correntes e diferidos	318	353	(285)
(Aumento)/redução em Outros créditos	(1.297)	(44.143)	(54.094)
Aumento/(redução) em Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	11.623	14.993	(2.995)
Aumento/(redução) em Outras obrigações	70.572	119.664	73.180
Aumento/(redução) em Obrigações fiscais	870	2	9.669
Aumento/(redução) em Provisão para contingência	-	-	(40)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.243)	(7.317)	(4.889)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.361	(3.904)	16.960
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso	(79)	(120)	(380)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(79)	(120)	(380)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	-	-	16.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	(187)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	15.813
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.282	(4.024)	32.393
Caixa e equivalente de caixa no início do período	72.628	94.934	62.541
Caixa e equivalente de caixa no final do período	90.910	90.910	94.934
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.282	(4.024)	32.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hipotecária Piratini (“CHP”) é uma instituição financeira com sede na Av. Cristóvão Colombo, 2955, sala 501, em Porto Alegre - RS, autorizada a operar com financiamentos para aquisição, construção e reforma de imóveis e empréstimos com garantia imobiliária (*home equity*).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs homologados pelo BCB, sendo eles:

- a) Pronunciamento conceitual básico (R1) “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- b) CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021”;
- c) CPC 02 “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras”, regulamentada pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- d) CPC 03 “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- e) CPC 04 “Ativo Intangível”, homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- f) CPC 05 “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- g) CPC 10 “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- h) CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- i) CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologação pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- j) CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- k) CPC 27 “Ativo imobilizado, homologado pelo BCB, através da Resolução CMN nº 4.535/2016;
- l) CPC 33 (R1) “Benefícios a Empregados”, homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- m) CPC 41 “Resultado por Ação”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- n) CPC 46 “Mensuração ao valor justo”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; e
- o) CPC 47 “Receita de Contrato com Cliente”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

A Resolução BCB nº 2/2020 alterou a apresentação das demonstrações financeiras, criando novas nomenclaturas e grupamentos, dentre eles: instrumentos financeiros, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ativos e passivos fiscais e provisões. As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Tais alterações não impactaram ao resultado ou ao patrimônio líquido, tampouco geraram impacto material à comparabilidade dos saldos. As demonstrações financeiras devem ser apresentadas comparativamente ao mesmo período do ano anterior, exceto quanto ao balanço patrimonial que deve ser comparado com o final do exercício anterior.

Em 25 de novembro de 2021, foi emitida a Resolução CMN nº 4.966 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A CHP aderiu ao disposto no artigo 77 para manter a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF), até o exercício de 2024. A Administração já elaborou o plano de implementação da referida regulamentação que contemplou a identificação, classificação, reconhecimento dos instrumentos financeiros e alocação desses instrumentos por estágio de acordo com o risco de crédito e realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção até a data da sua vigência.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

São representadas por caixa em moeda nacional e saldo em conta corrente bancária.

b) Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo custo de aquisição e acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata die*.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BCB), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999 e alterações e baixadas para prejuízo após decorridos seis meses classificadas como nível "H".

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;
- (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios;
- (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

Nas operações da venda ou da transferência de ativos financeiros com transferência substancial dos riscos e benefícios, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado do título contábil utilizado para registro da operação original, devendo o resultado positivo ou negativo apurado na negociação apropriado ao resultado do período de forma segregada.

g) Imobilizado

São representados por equipamentos de informática, móveis e equipamentos e instalações. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base na vida útil dos bens sendo aplicado os seguintes percentuais: equipamentos de informática 20% e outras imobilizações 10%.

h) Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias

São registrados pelo custo de aquisição e consideram os encargos exigíveis “*pro-rata die*”.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são registrados em conformidade com a Resolução nº 3.823/09, do BCB que estabelece:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre os quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes – provisionados quando classificados pelos assessores jurídicos como prováveis o risco de perda e saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; divulgados em nota explicativa quando classificados como perdas possíveis, e aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 15%.

De acordo com a Medida Provisória 1.115/2022, a partir de agosto de 2022, a alíquota da contribuição social passou a ser de 16%, para o período de agosto a dezembro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

k) Outros instrumentos financeiros e outros ativos e passivos

São demonstrados ao valor de custo de aquisição e, quando aplicável, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

l) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, independente de recebimento ou pagamento.

m) Uso de estimativas e julgamentos

O uso de estimativas e julgamentos são utilizados e revisados pela administração para determinar os valores de alguns ativos, passivos, despesas e receitas, tais como provisões e depreciação. A realização desses valores pode ser divergente do estimado.

n) Resultados abrangentes

São considerados resultados não recorrentes os resultados que:

- (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em função de correção de erros de competência do exercício de 2021, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), para melhor apresentação.

Os impactos dessas alterações nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, além dos impactos nas demonstrações dos resultados, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa, estão apresentados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	Dez/21 Apresentado	Ajuste	Dez/21 Reapresentado
Ativo Circulante	180.459	119	180.578
Ativos fiscais correntes e diferidos	758	119	877
TOTAL ATIVO	190.231	119	190.350
Patrimônio Líquido	25.978	119	26.097
Reservas de lucros	5.478	119	5.597
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	190.231	119	190.350

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Dez/21 <u>Apresentado</u>	<u>Ajuste</u>	Dez/21 <u>Reapresentado</u>
Imposto de renda e contribuição social	(4.789)	119	(4.670)
Imposto de renda e contribuição social	(4.789)	119	(4.670)
Resultado líquido	6.104	119	6.223

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>Reserva estatutária</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (apresentado)	5.110	25.978
Ajuste	119	119
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	5.229	26.097

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Dez/21 <u>Apresentado</u>	<u>Ajuste</u>	Dez/21 <u>Reapresentado</u>
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	5.399		5.399
(Aumento)/redução em Ativos fiscais correntes e diferidos	(166)	(119)	(285)
Aumento/(redução) em Obrigações fiscais	9.550	119	9.669

4. DISPONIBILIDADES

Se referem aos saldos em conta corrente bancária.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Se referem a operações compromissadas em títulos públicos com vencimento no dia seguinte e remuneradas a taxa média de 99,5% do CDI.

LASTRO	Dez/2022		Dez/2021	
	<u>Quantidade</u>	<u>Saldo</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Saldo</u>
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	100,734	88.398	99.383	84.959

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Aplicações títulos públicos (LFT) (a)	18.555	16.467
Fundo de renda fixa referenciado em DI (depósito interbancário)	76.788	-
Total	95.343	16.467

(a) Se refere a 1.470 LFT, com vencimento em setembro de 2023 e está vinculada ao aumento de capital.

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se a operações de financiamentos e empréstimos com garantia em imóveis que, em sua maioria, lastreiam as captações em Letras de Créditos Imobiliárias - LCI.

As receitas com operações de crédito totalizaram R\$ 4.053 (2021 – R\$ 3.483).

a) Resumo da carteira:

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Empréstimos	38.322	10.799
Financiamentos	1.905	2.356
Total	40.227	13.155
Circulante	5.805	3.300
Não circulante	34.422	9.855
Total	40.227	13.155

b) Composição da carteira por rating:

Nível de risco	% provisão	CARTEIRA		PROVISÃO	
		<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
A	0,50%	18.549	2.838	(93)	(14)
B	1%	12.560	4.682	(126)	(47)
C	3%	5.703	2.347	(171)	(70)
D	10%	1.031	1.208	(103)	(121)
E	30%	423	2.080	(127)	(624)
F	50%	332	-	(166)	(-)
G	70%	627	-	(439)	(-)
H	100%	1.002	-	(1.002)	(-)
Total		40.227	13.155	(2.227)	(876)

c) Composição da carteira por faixa de vencimento:

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Vencidos	280	163
A vencer até 3 meses	1.436	875
A vencer entre 3 meses a 12 meses	4.089	2.262
A vencer entre 1 ano a 3 anos	10.308	3.822
A vencer entre 3 anos a 5 anos	8.145	2.343
A vencer a partir de 5 anos	15.969	3.690
Total	40.227	13.155

d) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Saldo inicial	876	547
Provisão constituída	1.351	329
Saldo final	2.227	876

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

No exercício de 2022, a CHP concedeu R\$ 3.437 mil em financiamentos e créditos a pessoas físicas e jurídicas (2021 – R\$ 4.597 mil).

A CHP realizou operações de cessões de crédito que totalizaram R\$ 3.437 mil (2021 – R\$ 4.602 mil), a grande maioria na mesma data da originação, todas sem coobrigação, ou seja, com transferência dos riscos e benefícios, para instituições financeiras, Securitizadoras, Fundos de Direitos Creditórios e Fundos de Investimentos Imobiliários, gerando uma receita no exercício de R\$ 23.272 (2021 – R\$ 20.044).

8. ATIVOS FISCAIS CORRENTES

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u> (reapresentado)
IR e CS a compensar	470	29
Impostos retidos a compensar	54	848
Total	<u>524</u>	<u>877</u>

9. OUTROS CRÉDITOS

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Devedores por cessões de crédito ^(a)	108.895	64.267
Devedores por serviços prestados	11	793
Outros créditos	537	335
Total	<u>109.443</u>	<u>65.395</u>

(a) Se refere a valores a receber das operações de cessão de crédito realizadas com fundos imobiliários e securitizadoras, recebidos, em sua grande maioria no mês subsequente.

10. RECURSOS DE LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS

Se refere a letras de crédito imobiliárias lastreadas por operações de crédito, remuneradas: entre 95% e 116% CDI; E IPCA + entre 1,8% a 6,5% ao ano.

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
A vencer até 3 meses	7.288	2.545
A vencer entre 3 meses a 12 meses	16.109	1.259
A vencer entre 1 ano a 3 anos	176	4.776
Total	<u>23.573</u>	<u>8.580</u>
Curto prazo	<u>23.397</u>	<u>3.804</u>
Longo prazo	<u>176</u>	<u>4.776</u>
Total	<u>23.573</u>	<u>8.580</u>

As despesas de captação totalizaram R\$ 1.088 (2021 – R\$ 1.122).

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
IR e CS a recolher	-	180
PIS e COFINS a recolher	239	171
IOF a recolher ^(a)	8.664	9.413
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	456	230
Impostos e contribuições sobre salários	192	194
Outros impostos	46	60
Total	9.597	10.248

(a) Se refere ao saldo de IOF a recolher sobre as operações de crédito.

12. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio ^(a)	3.897	1.450
Participações no resultado e premiações	1.237	749
Total	5.134	2.199

(a) Foi aprovada na ata de 30 de dezembro de 2022 a distribuição de dividendos no montante de R\$ 895 e de juros sobre o capital próprio de R\$ 1.552, líquido de imposto de renda na fonte.

13. DIVERSAS

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Recursos a liberar de operações de crédito e adiantamento de registro ^(a)	251.077	142.221
Fornecedores	3.080	518
Outros	8.055	151
Total	262.212	142.890

(a) Refere se aos recursos das operações de crédito que serão liberados quando do registro da garantia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é representado por 4.500.000 ações ordinárias e 3.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária de 3 de setembro de 2021 deliberou o aumento de capital de R\$ 16.000, passando para R\$ 20.500, mediante a emissão de 3.000.000 ações preferenciais.

A homologação do aumento de capital encontra-se pendente de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

b) Reservas

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, podendo deixar de ser constituída quando acrescida das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Foi aprovada na ata de 30 de dezembro de 2022 a distribuição de dividendos no montante de R\$ 895 e de juros capital próprio de R\$ 1.553, líquido de imposto de renda na fonte.

15. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Se refere a receita de tarifas, serviços de cobrança extrajudicial de agente fiduciário e receita de intermediação de operações de crédito.

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º. semestre</u>	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Despesas com estrutura	145	259	212
Despesas com comunicação	51	107	91
Despesas com TI	1.266	2.207	674
Despesas com comissões	4.323	5.758	5.676
Assessoria técnica	629	1.262	980
Outras despesas	694	1.292	929
Total	<u>7.108</u>	<u>10.885</u>	<u>8.562</u>

17. DESPESAS COM PESSOAL

Contemplam as despesas com salários, benefícios e encargos e tiveram acréscimo pelo aumento do quadro de colaboradores para fazer frente ao crescimento.

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Refere-se basicamente a atualização monetária calculada sobre as liberações de operações de crédito.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a CHP faz parte de 15 (quinze) processos cíveis no valor de R\$ 1.475 (13 em 2021, correspondente a R\$962), que segundo a avaliação de nossos advogados, são classificados como chances de perda possível.

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2º. Semestre</u>	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u> (reapresentado)
Resultado antes do IR e CS	8.900	16.970	10.893
Juros sobre capital próprio	(1.763)	(1.763)	(253)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei 11.196/05	-	-	(278)
Adições e exclusões permanentes	(125)	(124)	576
Adições e exclusões temporárias	635	1.560	54
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-
Base lucro real	7.647	16.643	10.992
Imposto de renda e Contribuição social (40%)	(3.047)	(6.633)	(4.374)
Majoração da contribuição social	(79)	(79)	(336)
PAT	24	48	40
Total imposto de renda e contribuição social	(3.102)	(6.664)	(4.670)

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

	<u>2º. Semestre</u>	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Remuneração	706	1.530	645
Encargos	237	422	174
Total	943	1.952	819

22. PARTES RELACIONADAS

	<u>Ativo (passivo)</u>		<u>Receita (despesa)</u>	
	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Companhia Promotora UCI (a)				
Diversas / Despesas com comissões	(13)	(154)	(65)	(4.721)
Companhia Província de Securitização (b)				
Outros créditos / Receita operações de venda ou transferência de ativos financeiros	-	-		576
Receita de prestação de serviços	10	-	522	-
PAC Contat Center-Serviços de Call Center Ltda. (a)				
Diversas / Despesas com comissões			(105)	

(a) Se refere à prestação de serviços de correspondente bancário.

(b) Se refere a operações de cessões de crédito e prestação de serviços de custódia.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CAPITAL

- a) Gestão Integrada de Riscos: Em atendimento à Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, a CHP estabeleceu uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos riscos da Companhia. Esta estrutura prevê avaliações periódicas nos processos, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. Os principais riscos inerentes ao negócio da companhia são:

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

- Risco de Crédito: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros;
 - Risco de Mercado da carteira de negociação: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição através de variação das taxas de juros e dos preços de ações, variação cambial e dos preços de mercadorias;
 - Risco de variação da carteira de não negociação: risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira dos instrumentos que a Companhia vai manter até a liquidação;
 - Risco Operacional: a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas; e
 - Risco de liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- b) Gerenciamento de Capital: A estrutura para gerenciamento de capital da Instituição está definida com base na Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência, índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital considerando as projeções e métricas orçamentárias dos próximos 3 (três) anos e testes de estresse, com 3 (três) cenários para premissas adversas. A Companhia tem cumprido com os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

Limite operacional (Basileia): As Resoluções CMN nº 4.955/21 e 4.958/21 estabeleceram os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência ("PR"), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal, os quais apresentamos abaixo.

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Patrimônio de referência (níveis I e II)	17.745	9.979
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	79.630	43.535
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	33.270	13.173
Índice de Basileia	15,72%	17,60%
RBAN	2.752	580
Índice de Basileia Amplo	15,34%	17,42%

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

* * *